

UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO JURÍDICO POR MEIO DE UM PROJETO INTERDISCIPLINAR BASEADO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

AN EXPERIENCE OF LEGAL TEACHING THROUGH AN INTERDISCIPLINARY PROJECT
BASED ON
MEDIA IN EDUCATION

Thiago da Silva Galerani - UFSJ - thiago@galerani.com.br

Resumo:

Este é um relato de experiência pedagógica que teve por escopo estimular o aprendizado de Direitos Humanos por meio de um projeto interdisciplinar baseado em uso de mídias na educação - produção de documentários protagonizados pelos próprios alunos sobre o tema. O referencial teórico adotado - quanto aos aspectos pedagógicos do projeto - tem fulcro na proposta da Pedagogia Empreendedora, de Fernando Dolabela. Os sujeitos envolvidos foram os alunos do segundo e terceiro módulo do Curso Técnico em Serviços Jurídicos da ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", que executaram o projeto perante a comunidade escolar e disponibilizaram o resultado na rede mundial de computadores. Sob orientação da equipe docente, realizaram-se atividades - protagonizadas pelos alunos - relativas a pesquisa bibliográfica sobre Direitos Humanos, entrevistas com pessoas da comunidade local, planejamento, produção, edição e publicação de documentários em vídeo sobre o tema pesquisado. Os documentários foram executados a partir de situações-problema, ideias e linhas argumentativas escolhida e construídas integralmente pelos alunos. Obteve-se uma resposta positiva dos alunos, que agiram como protagonistas do projeto, assumindo posturas colaborativas e papéis de liderança em cada etapa de desenvolvimento das atividades práticas propostas. Assim, as ações e interações desenvolvidas estimularam e propiciaram o protagonismo educacional, de forma que os alunos descobriram-se responsáveis pelas respectivas evoluções pessoais, ao mesmo tempo em que a interação propiciava a evolução do próprio grupo social no qual estavam inseridos.

Palavras-chave: Ensino Jurídico, Documentário em Vídeo, Mídias na Educação, Educação Empreendedora.

Abstract:

This is a pedagogical experience report that had as a scope to simulate the learning of Human Rights through an interdisciplinary project based on the use of media on education - the production of documentaries, starred by the students themselves, working the theme. The chosen theoretical framework - given the pedagogical aspects - focus on the proposal from Entrepreneurial Pedagogy, by Fernando Dolabela. The subjects involved were the students from the second and the third module of the Technical Course in Legal Services of ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", who executed the project

towards the school community and made the results available on the world wide web. Under the guidance of their teachers, activities were carried out - starred by the students - relating to the bibliographic research on Human Rights, interviews with local community members, planning, production, editing and publication of video documentaries about the researched topic. The documentaries were executed starting from situation-problems, ideas and argumentative lines chosen and built entirely by the students. A positive response was obtained from the students, who acted as the protagonists of the project, taking over collaborative positions and leadership roles in each stage of the development of the proposed practical activities. Thus, the actions and interactions developed stimulated and provided the educational protagonism, so that the students found themselves responsible for their respective personal evolutions, at the same time that the interaction propitiated the evolution of the social group in which they were inserted.

Keywords: Legal Education, Video Documentary, Media in Education, Entrepreneurial Education.

1. Introdução

O ensino jurídico deve proporcionar ao aluno a compreensão plena quanto às implicações teóricas e práticas do Direito nas várias nuances da vida humana, inclusive nos aspectos extrajurídicos. A vida em sociedade é dinâmica. O Direito é uma ciência social, de modo que, transforma-se constantemente, já que a sociedade é dinâmica.

Outrora, o ensino jurídico baseava-se preponderantemente em aulas expositivas, com apoio de literatura específica, num cenário em que o professor figurava como o difusor central da informação. No entanto, há décadas, tem crescido no Brasil e no mundo o clamor social por novos caminhos no ensino jurídico, conforme já alertava, em 1977, Venâncio Filho (2004):

“(...) o ensino do Direito ainda se encontra à procura de seus caminhos. Rebaixado da posição de primazia que ocupou durante o Império, e mesmo no início da República, debate-se perplexo, entre uma inspiração frustrada impossível de pretender ministrar um tipo de cultura geral, para o qual não está preparado, ou converter-se de fato numa escola profissional de bom padrão, fornecendo um pessoal qualificado, que os reclamos de desenvolvimento da sociedade brasileira está a exigir. Esta é a tarefa magna que o país espera do ensino jurídico, e o conhecimento do que foi o seu passado deve constituir guia e inspiração para o seu futuro.” (2004, p. 335)

A experiência relatada no presente trabalho surgiu como uma prática pedagógica construída para tentar um novo caminho para o ensino do Direito, agregando ao trabalho educacional jurídico os valores da Educação Empreendedora e recursos da *Web 2.0*.

A proposta central da experiência prática ora relatada consistia em empregar recursos típicos da *Web 2.0* para que alunos do curso Técnico em Serviços Jurídicos pudessem aprender sobre determinados temas do Direito pesquisando, produzindo e compartilhando conteúdo, agindo como protagonistas de suas respectivas jornadas de aprendizado.

Nota-se que o mercado profissional exige do recém-formado uma vasta e sólida gama de conhecimentos, habilidades e competências que extrapolam os limites do Direito. São exemplos dessas habilidades e competências: liderança, saber trabalhar em equipe, dominar recursos tecnológicos, capacidade de adaptar-se a novas situações, domínio de técnicas de negociação, enfrentamento de desafios, etc.

Parcela significativa dos atributos extrajurídicos que o mercado profissional exige do aluno diz respeito aos valores típicos do empreendedorismo. Sobre as transformações globais que indicam a necessidade do estímulo ao perfil empreendedor, ensina Gueiros (2004) que há falta de empregos formais, o que provoca no trabalhador a necessidade de desenvolver novos negócios e novos modelos de relações produtivas.

A importância da prática docente pautada no desenvolvimento dos valores do empreendedorismo tem sido defendida por diversos estudiosos da área educacional, por meio da proposta que restou denominada “Educação Empreendedora”.

A experiência relatada no presente trabalho também foi dedicada a investigar a viabilidade do desenvolvimento da Educação Empreendedora no contexto da prática pedagógica jurídica.

Muito se discute, entretanto, se a Educação Empreendedora é realmente viável e eficaz. Guerra e Teodósio (2014), por exemplo, acreditam que a Pedagogia Empreendedora configura uma subversão às práticas tradicionais do ensino:

“(…) ao considerar que os sonhos e desejos dos atores envolvidos seriam suficientes para transformar a realidade individual e coletiva, se observou uma hegemonia do poder de ação do indivíduos sobre a estrutura social. Esse aspecto contradiz os fundamentos apresentados pela metodologia, uma vez que se propõe que a metodologia seja adequada a realidade local.” (2014, p. 445)

Por outro lado, é expressivo o número de estudiosos que relatam experiências positivas no trabalho educacional pautado na Educação Empreendedora. Friedlaender (2004, p. 104), por exemplo, ao relatar uma experiência pedagógica positiva realizada com base na Educação Empreendedora, destaca que percebeu a motivação dos alunos, que descobriram-se *“possuidores de um comportamento mais ativo, criativo, com uma visão mais ampla dos fatos que os rodeavam, permitindo-os encontrar soluções de problemas simulados.”*

Um desafio tão complexo quanto o emprego da Educação Empreendedora é aplicar novas tecnologias, especialmente os recursos da *Web 2.0*, ao labor educacional.

LEITE e LEÃO (2015) defendem os benefícios da inserção das ferramentas *Web 2.0* nos processos de ensino e aprendizagem, sob o argumento de que dinamizam o ensino:

"No âmbito educativo, a *Web 2.0* permite ao professor um ensino mais dinâmico, empolgante, atraente, entusiasmante. Assim, os alunos sentem a escola como um lugar em que se pode aprender de um modo inovador usando ferramentas atuais. As ferramentas da *Web 2.0* permitiram uma melhor interação e cooperação com os alunos. Em relação à educação, a *Web 2.0* traz novas e diferenciadas possibilidades para que as pessoas possam se relacionar com os conhecimentos e aprender com outrem. Já não se trata apenas de um recurso a ser incorporado à sala de aula, mas de uma verdadeira transformação, que transcende até mesmo os espaços físicos em que ocorre a aprendizagem."

O usuário da *Web 2.0* não limita-se a acessar informações: ele compartilha conteúdo, comenta, modifica, enfim, interage, exercendo um papel ativo na comunicação, ou seja, é receptor e difusor de informações, concomitantemente.

Com a *Web 2.0*, a informação deixa de ser mero privilégio: é reconhecida como uma construção social, dinâmica, mutável, em constante transformação. Logo, cabe aos profissionais da educação o aproveitamento, em suas práticas, da dimensão social do nível de informação e interação proporcionados pela *Web 2.0*, incorporando as novas tecnologias ao trabalho educacional ao mesmo tempo em que remodelam os métodos de trabalho.

O Projeto Um Olhar Cidadão emanou da necessidade de modernizar e diversificar o ensino jurídico, empregando o uso de novas mídias e técnicas na educação, favorecendo ao aluno a possibilidade de aprimoramento do domínio tecnológico e da apropriação dos valores do empreendedorismo.

A experiência consistiu fundamentalmente em mobilizar os alunos do curso Técnico em Serviços Jurídicos para os que mesmos pesquisassem, planejassem, executassem e disponibilizassem ao público (via internet) documentários em vídeo demonstrando como os Direitos Humanos causam impacto no cotidiano das pessoas.

Todas as ações inerentes ao Projeto Um Olhar Cidadão deveriam ser protagonizadas pelos próprios alunos. Em contrapartida, o papel dos professores deveria estar concentrado tão somente na orientação e no suporte pedagógico. Incumbiam exclusivamente aos alunos, portanto, tarefas como escolher o subtema de Direitos Humanos a ser trabalhado, organizar equipes, delegar tarefas, planejar e executar o documentário, construir roteiros e argumentos, levantar situações-problema, solicitar a orientação de professores, realizar pesquisa doutrinária e jurisprudencial, escolher ambientes de filmagem e os recursos utilizados, editar vídeos e sons, enfim, tudo o que fosse necessário para o resultado do projeto.

A experiência ora relatada surgiu com a pretensão de viabilizar o emprego dos valores da Educação Empreendedora e dos recursos da *Web 2.0* na construção do saber jurídico interdisciplinar.

1.1. Referenciais Teóricos e Metodológicos

Na concepção pedagógica tradicional, o professor é reconhecido como sujeito ativo no processo educacional. Na educação tradicional, portanto, o professor protagoniza a construção do aprendizado. Sobre o papel ativo do professor, ensina Teixeira (2010):

“Na vivência escolar, cabe aos profissionais despertarem suas inquietações e buscar através de uma reflexão crítica de sua importância, enquanto sujeito ativo do processo educativo, assim como através das possibilidades da formação continuada construir mudanças concretas na prática pedagógica. Cabe ao professor mudar em si a acomodação comum e reconstruir seus instrumentais teóricos e metodológicos para mudar na sociedade as mazelas que a educação pode sanar. Como sujeito de sua própria formação, o professor pode construir uma escola democrática para usufruto social, na qual cada profissional pode crescer enquanto participa de programas de formação continuada e enquanto atua na sua docência.”

A proposta da Educação Empreendedora sugere que o papel ativo na construção do conhecimento não compete exclusivamente ao professor, cabendo ao aluno adotar uma postura ativa no desenvolvimento do próprio aprendizado.

O Projeto Um Olhar Cidadão foi concebido com base em práticas pedagógicas híbridas, com a aplicação de elementos dos seguintes pilares teóricos metodológicos:

- Educação Empreendedora;
- Uso de mídias na educação;
- Interdisciplinaridade educacional;
- Educação por projetos.

A **Educação Empreendedora** apresenta-se como possível resposta à configuração atual da sociedade, que clama, especialmente na face profissional, por cidadãos empreendedores, dotados de competências múltiplas, com perfis autônomos e inovadores, capazes de trabalhar em equipe, adaptativos a mudanças, dinâmicos, proativos éticos e conscientes. Para Dolabela (2003), a Educação Empreendedora visa despertar esses valores:

“A tarefa da educação empreendedora é principalmente fortalecer os valores empreendedores na sociedade. É dar sinalização positiva para a capacidade individual e coletiva de gerar valores para toda a comunidade, a capacidade de inovar, de ser autônomo, de buscar a sustentabilidade, de ser protagonista. Ela deve dar novos conteúdos aos antigos conceitos de estabilidade e segurança - impregnados na nossa cultura, mas referentes a contextos hoje inexistentes.” (2003, p. 130-131)

Sob a perspectiva de Dolabela, portanto, a Educação Empreendedora é a educação baseada no fomento aos valores típicos do

empreendedorismo. Há quem relacione os valores do empreendedorismo com os valores do capitalismo, o que, segundo Dolabela (2014) é um grave equívoco:

“Não se trata de uma estratégia pedagógica destinada exclusivamente a preparar os alunos para criar uma empresa. Ela desenvolve o potencial dos alunos para serem empreendedores em qualquer atividade que escolherem: empregados do governo, do terceiro setor, de grandes empresas, pesquisadores, artistas, etc. E também, evidentemente, para serem proprietários de uma empresa, se esta for a sua escolha. Cabe ao aluno, e somente a ele, fazer opções profissionais e decidir que tipo de empreendedor irá ser.

Com uma abordagem acentuadamente humanista, a metodologia elege como tema central não o enriquecimento pessoal, mas a preparação do indivíduo para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e eliminação da exclusão social.”

Para Dolabela, portanto, o empreendedorismo não tem o sentido econômico defendido por alguns autores, mas sim o sentido do desenvolvimento social. A Educação Empreendedora fundamenta-se no **protagonismo** do aluno e na **transformação**.

O protagonismo e a transformação, no entanto, não são ideias absolutamente novas no campo da prática pedagógica. Paulo Freire, por exemplo, em sua Pedagogia do Oprimido e na Pedagogia da Autonomia já aludia a esses pilares educacionais, conforme ressaltado na obra “Pedagogia de Paulo Freire e a Pedagogia Empreendedora”, (PACHECO et al., 2006):

“(…) Tanto no pensamento de Paulo Freire quanto no de Dolabela, tanto os alunos quanto o professor são transformados em pesquisadores críticos. O professor não é o 'único' detentor do saber. Espera-se, dessa relação, não transferência de conhecimento, mas uma constante circulação de experiências, uma troca de conhecimentos a serem postos em prática.”

A importância da modernização do ensino jurídico a partir do **uso de mídias na educação jurídica** tem sido reconhecida por vários estudiosos nas últimas décadas. Nesse sentido, destaca Burgarlli (2011):

“O ensino jurídico passa por um momento de reflexão e criação de elementos reformuladores, para que seja possível a revisão de sua estrutura. As atividades relacionadas ao ensino jurídico precisam ser adequadas aos novos conceitos de mídias educacionais, de tecnologias de informação e comunicação e recursos digitais, legitimando assim uma nova modelação e mentalidade no universo acadêmico do Direito.

É fundamental que se estabeleça dentro das instituições e dos corações dos profissionais de educação verdadeira força transformadora, para que, enfim, seja concretizada a implementação de novas práticas educacionais voltadas à formação do estudante do século XXI.” (2011, p. 7)

É de suma relevância destacar, conforme ensinam Zimiani e Hoppner (2008), que a **interdisciplinaridade** no ensino do jurídico é possível e necessária:

“O ensino jurídico foi pouco pensado de forma interdisciplinar, embora a aplicação do Direito requeira esse conhecimento e compreensão interdisciplinar para o seu eficaz exercício.

Para se aplicar a interdisciplinaridade no Curso de Direito, deve existir o exercício do diálogo entre os professores para conscientização da possibilidade e da necessidade de sua utilização como meio para melhor formação do profissional no campo jurídico.

O papel do professor é de maior importância para a melhoria do ensino jurídico, especialmente se utilizar a interdisciplinaridade para a formação de profissionais, para que adquiram conhecimento mais integral dos diversos ramos do Direito.”

Por fim, ressalta-se que tem sido amplamente difundida a importância da **educação baseada em projetos**. Para Beuclair (2006), por exemplo, o ser humano aprende melhor a partir da experiência:

“Se observarmos que o ser humano aprende muito mais pela experimentação do mundo, é claro que aprender experimentando, agindo, fazendo, é a maneira mais prazerosa, é uma estratégia de aprendizagem fundamental, é uma maneira de olhar realmente o indivíduo que aprende através da experimentação ativa do mundo, mediatizado pelo mundo.

Assim, uma educação por projetos deve procurar se interrogar sobre as maneiras que devemos trabalhar para a reconstrução da imaginação social em direção a utopia possível da liberdade humana.

As noções de justiça, diálogo, solidariedade, direitos humanos, pluralidade cultural, multiculturalismo, ética, democracia, dignidade humana, tolerância, entre outras, se fazem determinantes para a construção de um projeto de escola que busque ir além dos limites do cotidiano. Atuar com projetos é um acreditar na educação baseada na liberdade humana, onde o ensinar e o aprender fazem associação com a compreensão a ser buscada sobre por que as coisas são como são e, ainda, como elas vieram a se tornar o que realmente são.”

A educação baseada em projetos, norteadas pela experimentação, propõe a construção do conhecimento que alinha prática e teoria.

Assim, foi concebida a iniciativa “Um Olhar Cidadão” concatenando-se elementos teóricos e metodológicos da Educação Empreendedora, do uso de Mídias na Educação, da Interdisciplinaridade Educacional e a concepção da Educação por Projetos, foi concebido o Projeto “Um Olhar Cidadão”.

1.2. A proposta do Projeto Um Olhar Cidadão

A proposta do Projeto Um Olhar Cidadão consistia, em síntese, na mobilização de alunos do curso Técnico em Serviços Jurídicos para que estes realizassem pesquisa, execução, edição e publicação via *internet* de documentários em vídeo que abordassem a importância dos Direitos Humanos no cotidiano das pessoas.

O Projeto Um Olhar Cidadão foi concebido visando alcançar os seguintes objetivos:

- Propiciar ao aluno a compreensão quanto à dimensão do impacto dos Direitos Humanos no cotidiano da população brasileira;
- Propiciar ao aluno a compreensão quanto ao caráter interdisciplinar dos Direitos Humanos e seus reflexos e fundamentos nas diversas áreas do Direito;
- Propiciar ao aluno a familiaridade com a pesquisa jurisprudencial e doutrinária, além da construção de argumentos e análise de fatos jurídicos;
- Concatenar conhecimentos teóricos e práticos na área jurídica;
- Propiciar ao aluno a experiência do aprendizado baseado em projetos;
- Propiciar ao aluno o uso de mídias no aprendizado, especialmente os recursos da *Web 2.0*;
- Propiciar ao aluno desenvolver os valores típicos do empreendedorismo, tais como a liderança, o espírito colaborativo, a iniciativa, o enfrentamento de desafios, o protagonismo educacional e a transformação da realidade;
- Difundir, junto à comunidade local, noções básicas sobre como os Direitos Humanos causam impacto na vida do cidadão brasileiro.

O fomento aos valores do empreendedorismo, no Projeto Um Olhar Cidadão, dependia inicialmente de alguns parâmetros quanto à conduta de docentes e discentes:

- Os professores deveriam figurar predominantemente como orientadores dos alunos envolvidos, mobilizando-os e prestando o suporte teórico necessário, fomentando a pesquisa direcionada, sugerindo material de literatura, prestando esclarecimentos e retornos, acompanhando o desenvolvimento e auxiliando nas questões relativas à infraestrutura (agendamento de salas e equipamentos, requisições de material, etc);
- Os alunos deveriam assumir a postura de verdadeiros “donos” do projeto: caberia a eles escolher o subtema a ser pesquisado, definir a situação-problema a ser investigada, redigir textos e argumentos do documentário, formar equipes, escolher lideranças e delegar funções e atribuições conforme interesses e habilidades individuais e coletivos, escolher cenários e o próprio contexto em que o documentário seria filmado, editar os vídeos, documentar autorizações para exibição de entrevistas, divulgar os vídeos para aumento do volume de acessos, etc.

O sucesso do projeto dependia, portanto, não apenas da realização dos documentários, mas do estímulo aos valores do empreendedorismo durante os preparativos a eles inerentes.

1.3. A Execução do Projeto

A participação dos alunos no Projeto Um Olhar Cidadão era facultativa, ou seja, até mesmo a participação dos alunos no projeto era um ato volitivo. Ao todo, dos 63 alunos matriculados no curso Técnico em Serviços Jurídicos, apenas 24 alunos optaram por participar do projeto.

Os alunos que escolheram participar do projeto trabalharam com ampla autonomia: decidiram quais situações-problema e subtemas de Direitos Humanos abordariam em seus documentários, escolheram suas equipes, decidiram quem entrevistariam, em qual ambiente ocorreriam as filmagens e qual seria a abordagem dos respectivos documentários.

A metodologia envolvia, em síntese, o planejamento e execução de um documentário em vídeo sobre Direitos Humanos.

Os recursos básicos necessários para a execução do projeto pelos alunos foram disponibilizados pela própria unidade escolar, a saber:

- Dez exemplares de compêndios legislativos (Vade Mecum 2016, das Editoras Saraiva e Reedel, disponíveis na biblioteca da unidade escolar);
- Uma filmadora digital;
- Um laboratório de informática contendo computadores com acesso à *internet*;
- Uma biblioteca contendo publicações diversas da área jurídica e outras;

Para as filmagens, os alunos optaram por utilizar seus próprios *smartphones*.

Cada professor envolvido no projeto utilizou momentos de aula para explanar a todos os alunos (mesmo para aqueles que optaram por não participar do projeto), no contexto de cada componente curricular, sobre Direitos Humanos.

Após as explicações teóricas iniciais, os alunos mobilizados passaram a trabalhar no projeto, buscando orientações junto a cada professor envolvido. Nesse diapasão, foram realizadas as seguintes etapas:

- **Mobilização:** nesta etapa, com o apoio da Coordenação de Curso, os professores explanaram aos alunos sobre a proposta de projeto interdisciplinar e prazos para conclusão dos documentários, convidando os alunos para participação voluntária;
- **Preparação Teórica:** nesta etapa, cada um dos cinco professores da área jurídica teceu livremente considerações teóricas sobre Direitos Humanos, em aulas expositivas e dialogadas, com uso de recursos da biblioteca local, trechos de filmes, quadros sinópticos

e mapas conceituais, contextualizando o tema (Direitos Humanos) em relação a cada componente curricular trabalhado;

- **Preparativos Práticos:** nesta etapa, com o respaldo teórico afeto ao tema, os alunos escolheram seus grupos de trabalho, definiram qual situação-problema seria investigada e procederam a pesquisa jurisprudencial e doutrinária relacionada. Também foram negociados e distribuídos - sem intervenção do professor - os papéis que seriam exercidos pelos alunos na produção de seus documentários. Os alunos também construíram sem interferência dos professores os roteiros e argumentos, decidiram quais cenários e recursos utilizariam, exercitando assim a criatividade, a pesquisa, a redação, a oratória e dons artísticos (edição, filmagem, fotografia, etc).
- **Aproveitamento de recursos:** nesta etapa, os alunos buscaram reunir e organizar os recursos materiais necessários para viabilizar o projeto;
- **Execução:** nesta etapa, os alunos iniciaram as filmagens, entrevistas, edição e produção dos documentários, disponibilizando-os em mídias (CD-R ou DVD-R) à Coordenadora do Curso Técnico em Serviços Jurídicos;
- **Publicação:** nesta etapa, a Coordenação de Curso providenciou a publicação dos documentários no canal criado pela equipe docente na rede social *Youtube*®, atribuindo os créditos aos alunos;
- **Divulgação:** nesta etapa, os alunos utilizaram redes sociais (*Facebook*®, *Whatsapp*® e *Instagram*®) para divulgar ao público os *links* dos vídeos que criaram, fomentando acessos à informação;
- **Avaliação:** nesta etapa, os professores envolvidos atribuíram notas aos alunos participantes do projeto, conforme critérios previamente estabelecidos por cada professor no contexto das competências trabalhadas e almejadas no Plano de Curso para cada componente curricular, como, por exemplo, interesse, participação, postura profissional, organização, liderança, cumprimento de atividades propostas, atendimento às normas, domínio de conteúdo, criticidade, liderança, qualidade da comunicação verbal e escrita, etc.

1.4. Perspectivas de Avaliação dos Resultados Obtidos

Nas escolas que integram o CEETEPS, adota-se o sistema de avaliação por competências, no qual o professor deve verificar se o aluno desenvolveu a competência prevista pelo Plano de Curso em cada componente curricular, auferindo os resultados e atribuindo aos alunos menções individuais que são categorizadas da seguinte forma:

- MB (Muito bom);
- B (Bom);
- R (Regular);

- I (Insuficiente).

Os alunos com menção MB, B ou R tendem à aprovação, observados os critérios preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os alunos com menção I não estão aptos a aprovação, tendo direito a participar de programas de recuperação contínua que lhes permitam atingir a competência cuja insuficiência foi constatada.

Cada professor avaliou individualmente o desempenho dos alunos participantes, auferindo o nível de cooperação e participação durante as etapas do Projeto Um Olhar Cidadão, verificando também a apropriação dos alunos quanto às competências próprias de cada componente curricular – conforme as diretrizes do Plano de Curso, que norteiam o trabalho pedagógico nas escolas que integram o CEETEPS.

As etapas do trabalho seriam registradas em Diário de Classe.

2. Metodologia

O presente estudo consiste em um relato da experiência vivenciada pelos docentes do curso Técnico em Serviços Jurídicos na ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", em Ituverava-SP, durante o primeiro semestre letivo de 2017. Trata-se, o presente relato de experiência, de metodologia baseada em pesquisa descritiva.

O método de pesquisa descritiva implica na descrição analítica de uma experiência, situação ou fenômeno. De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas são, juntamente com as pesquisas exploratórias, as que habitualmente são realizadas pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Contribuir com o aprimoramento das práticas de ensino jurídico é justamente um dos objetivos fundamentais do presente estudo.

Frisa-se que as atividades pedagógicas que nortearam a experiência ora descrita pautaram-se no conceito de Educação Empreendedora e na proposta de agregar à prática docente jurídica os recursos da *Web 2.0*.

A ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho", na qual o Projeto Um Olhar Cidadão foi realizado, é uma autarquia estadual integrante do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Quando a experiência do Projeto Um Olhar Cidadão foi realizada (durante o primeiro semestre letivo de 2017), a ETEC "Prof. José Ignácio Azevedo Filho" contava com 544 alunos matriculados. A unidade educacional oferecia cursos de Ensino Técnico, Ensino Médio e Ensino Médio integrado com Técnico.

A unidade escolar contava, na época da experiência ora relatada, com 37 professores, 11 funcionários administrativos, três funcionários laborando na limpeza, dois funcionários na cozinha e quatro estagiários.

A unidade escolar dispunha de biblioteca própria, quadra poliesportiva, laboratórios de informática e redes, laboratório de gestão e laboratório de farmácia.

A unidade escolar mantinha, então, duas turmas do curso Técnico em Serviços Jurídicos, sendo que uma delas cursava o segundo módulo

(33 alunos) e a outra cursava o terceiro módulo (30 alunos). Trata-se, o curso Técnico em Serviços Jurídicos, de formação profissionalizante de nível médio com duração de três semestres (ou módulos) letivos.

Os alunos mobilizados para participar do Projeto Um Olhar Cidadão foram aqueles matriculados no segundo e terceiro módulo do curso Técnico em Serviços Jurídicos da ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho”.

Para orientar os alunos no desenvolvimento dos trabalhos foram mobilizados todos os cinco professores da área jurídica do curso, cada qual ministrando componentes curriculares específicos de cada módulo do curso.

Dos 33 alunos matriculados no segundo módulo do curso, 13 voluntariaram-se para participar do Projeto Um Olhar Cidadão.

Dos 30 alunos matriculados no terceiro módulo do curso, 11 voluntariaram-se para participar do Projeto Um Olhar Cidadão.

Ao todo, 24 alunos optaram por participar do projeto.

3. Resultados

Todos os cinco professores da área jurídica da unidade escolar participaram efetivamente do projeto de forma interdisciplinar, promovendo aulas dialogadas sobre Direitos Humanos, auxiliando nas orientações aos alunos e avaliando os documentários em vídeo produzidos pelos alunos.

Dos 63 convidados a participar do Projeto Um Olhar Cidadão, apenas 24 engajaram-se na produção dos documentários em vídeo.

Divididos em grupos de trabalho escolhidos pelos próprios alunos, os 24 alunos participantes do Projeto Um Olhar Cidadão produziram sete documentários em vídeo sobre Direitos Humanos, com os seguintes títulos: A importância da liberdade de expressão; Direito à educação; Tortura e abuso de autoridade; Não discriminar; Sistema Carcerário; Direitos humanos dos moradores de rua; Discriminação e acessibilidade no meio social.

O desenvolvimento do Projeto Um Olhar Cidadão foi concretizado conforme o seguinte cronograma:

Conforme dados coletados em 14/01/2018 no canal criado para o projeto na rede social *Youtube*®, os documentários produzidos pelos alunos receberam os seguintes índices de visualizações:

4. Análise e Discussão dos Resultados

O Projeto Um Olhar Cidadão foi concebido e desenvolvido em trabalho conjunto dos professores da área jurídica da ETEC “Prof. José Ignácio Azevedo Filho” durante o período de 02/02/2017 a 30/06/2017.

As etapas iniciais do projeto, especialmente a mobilização e preparação teórica dos alunos, foram desenvolvidas em sala de aula. As etapas do trabalho que incluíam pesquisa e o desenvolvimento dos documentários foram concretizadas, em parte, fora da sala de aula.

O trabalho de pesquisa foi realizado pelos alunos com apoio de mídias, especialmente laboratório de informática com acesso à internet e *smartphones*.

O desenvolvimento dos documentários em vídeo, pelos alunos, foi realizado utilizando *smartphones*.

As aulas dialogadas que precederam o desenvolvimento dos documentários foram ministradas com apoio de livros, projetor multimídia e lousa.

Os 24 que participaram voluntariamente do projeto produziram, divididos em grupos de trabalho, sete documentários em vídeos de com duração máxima de três minutos cada.

Os resultados obtidos indicam que os objetivos propostos foram alcançados, já que os alunos participantes do projeto conseguiram compreender o caráter interdisciplinar dos Direitos Humanos e suas distintas nuances no cotidiano da população brasileira.

Os alunos praticaram pesquisa jurisprudencial e doutrinária, desenvolvendo senso crítico sobre o tema, construindo seus próprios roteiros e argumentos, relacionando conhecimentos teóricos com questões práticas.

O uso de mídias na educação, com o emprego de recursos da *Web 2.0*, foi concretizado pelos alunos, que valeram-se de tais recursos para aprender, realizando pesquisas na biblioteca local e via *internet*, utilizando os laboratórios de informática da escola e seus próprios *smartphones* para interagir em redes sociais com o objetivo de estimular o acesso de usuários aos documentários em vídeo produzidos. Os alunos também utilizaram os laboratórios de informática da unidade escolar para editar, produzir e publicar seus documentários em vídeo.

Através de observação direta realizada pelos professores, foi possível identificar nuances comportamentais dos estudantes, que escolheram suas próprias equipes de trabalho: os alunos agiram com plena autonomia, aprimorando valores típicos do empreendedorismo, principalmente a liderança, a iniciativa, o espírito colaborativo, o enfrentamento de desafios, o protagonismo educacional e a transformação da realidade.

Publicando em redes sociais os vídeos produzidos, interagindo através dos recursos da *Web 2.0*, os alunos publicaram e difundiram suas obras audiovisuais, espalhando à comunidade noções elementares sobre o impacto dos Direitos Humanos na vida do cidadão brasileiro.

A **postura dos professores** no trabalho educacional relacionado ao projeto, embora ativa, não mitigou o protagonismo do aluno. Os professores agiram predominantemente como orientadores dos alunos,

mobilizando-os e prestando o suporte teórico necessário, fomentando a pesquisa, sugerindo material de literatura, prestando esclarecimentos e retornos, acompanhando o desenvolvimento e auxiliando nas questões relativas à infraestrutura (agendamento de salas e equipamentos, requisições de material, etc).

Instigados pelos professores, os alunos assumiram postura ativa para realizar o projeto: escolheram os subtemas que gostariam de pesquisar, definiram a situação-problema a ser investigada, redigiram textos e argumentos para os documentários, formaram equipes, escolheram lideranças, delegaram funções e atribuições conforme interesses e habilidades individuais e coletivos, escolheram cenários e o próprio contexto em que os documentários seriam filmados, editaram os vídeos, documentaram autorizações para exibição de entrevistas, divulgaram os vídeos para aumento do volume de acessos, etc.

Como parte significativa das atividades do projeto foi desenvolvida extraclasse, considerando também que vários alunos moram em cidades diferentes, bem como o fato de que o período final para entrega dos documentários coincidiu com o período de avaliações, alguns alunos verbalizaram dificuldades para cumprir o prazo proposto para a entrega da versão finalizada dos vídeos.

Tendo em vista que os horários de trabalho dos cinco professores envolvidos no projeto não são compatíveis entre si, bem como o excesso de obrigações do trabalho docente, houve dificuldade generalizada em cumprir o cronograma de trabalho da fase inicial (mobilização e preparação teórica). A dificuldade foi superada através de comunicação realizada em grupo de discussão exclusivo dos professores envolvidos criado na rede social *WhatsApp*.

Durante o projeto, aumentou a interação entre os professores da área jurídica, que passaram a dialogar mais sobre as práticas docentes utilizadas. Os alunos também revelaram-se unidos, empolgados e interessados em desenvolver o projeto. Destaca-se, por fim, que os alunos interagiram com a comunidade, tanto na fase de produção dos documentários quanto na divulgação dos vídeos finalizados.

5. Considerações Finais

O Projeto Um Olhar Cidadão foi realizado com sucesso.

A experiência ora relatada indica que foi possível empregar num Projeto Interdisciplinar com apoio de mídias na educação os seguintes pilares teórico-metodológicos:

- **Educação Empreendedora:** o estímulo à autonomia e à assunção do papel ativo do aluno no trabalho educacional favoreceu o desenvolvimento de competências afetas ao empreendedorismo, tais como liderança, saber trabalhar em equipe, proatividade, tomar decisões, enfrentar problemas e desafios, etc;

- **Uso de mídias na educação:** o uso de mídias diversificadas, inclusive os recursos da *Web 2.0* foi trabalhado durante vários momentos do projeto, tanto nos preparativos teóricos (uso de lousa, livros, recursos de áudio e vídeo, etc) quanto no desenvolvimento das atividades de pesquisa e produção dos documentários em vídeo (uso de laboratórios de informática, biblioteca, *smartphones*, etc);

- **Interdisciplinaridade educacional:** professores de componentes curriculares distintos uniram-se para o objetivo de viabilizar o Projeto Um Olhar Cidadão, empregando esforços para que o aluno pudesse ampliar a criticidade sobre Direitos Humanos sob o prisma de distintas áreas do Direito;

- **Educação por projetos:** foi concretizado o aprendizado a partir da experimentação vivenciada no Projeto Um Olhar Cidadão.

Os alunos envolvidos no Projeto Um Olhar Cidadão assumiram posturas colaborativas e papéis de liderança nas várias etapas a ele relacionadas, agindo como protagonistas, despertando para a importância do papel transformador que podem exercer junto à sociedade ao difundir os frutos do seu aprendizado.

Os resultados verificados demonstram que os valores do empreendedorismo, no contexto do Projeto Um Olhar Cidadão, emanaram das atitudes adotadas pelos próprios a partir do estímulo dos professores.

Também restou evidenciado que os alunos puderam descobrir e explorar suas próprias potencialidades. A experiência educacional voltada para os valores da Educação Empreendedora e com o emprego de recursos da *Web 2.0* revelou-se viável no contexto de um projeto interdisciplinar de ensino jurídico.

O sucesso da experiência demonstra também que, além de aprender, os alunos conseguiram propagar junto à comunidade – tendo em vista o índice de visualizações verificado por vídeo – os frutos do conhecimento adquirido durante o projeto.

A experiência em questão também demonstra inúmeros benefícios e desafios relacionados ao trabalho com projetos interdisciplinares. Um **benefício** que merece destaque é o favorecimento do interesse do aluno para o aprendizado, já que priorizou-se o aprendizado a partir da experimentação. Uma **barreira** que merece muita atenção e cautela é o desafio de alinhar não apenas as agendas, mas as distintas convicções de professores diferentes para a realização de um projeto em comum.

Conclui-se, portanto, que a partir do Projeto Um Olhar Cidadão foi possível constatar que é possível a construção de uma proposta de ensino jurídico na qual o aluno protagonize o processo educacional, no contexto de ações práticas interdisciplinares com uso de mídias e recursos tecnológicos, o que não diminui ou anula o papel do professor, que continua a ter importância ativa no processo educacional, mas passa a reconhecer o caráter dialético da educação, rompendo assim com o paradigma da educação tradicional.

Referências

Beauclair, J., 2006, “Educação por projetos: desafio ao educador no novo milênio”. <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/244248>>. (18 Dez. 2017)

Bugarelli, S., 2011 “Tecnologia digital e educação: o uso de novos suportes midiáticos no ensino jurídico”, São Paulo, Brasil, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 150 p.

Dolabela, F., 2003, “Pedagogia empreendedora”, São Paulo, Brasil, Editora de Cultura, 140 p.

Dolabela, F., 2014, “Pedagogia empreendedora: ensino de empreendedorismo na educação básica”. <<https://fernandodolabela.wordpress.com/servicos-oferecidos/pedagogia-empreendedora/>>. (24 Nov. 2014)

Dolabela, F., 2009, “A ponte mágica”, São Paulo, Brasil, Editora Sextante, 175 p.

I.B.G.E., 2015, “Ituverava: infográficos - dados gerais do município”. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=352410&search=%7Cituverava&lang=>>. (24 Dez. 2017)

Filho, A. V., 2004, “Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil”, São Paulo, Brazil, Editora Perspectiva, 357 p.

Friedlaender, G.M.S., 2004, “Metodologia de ensino-aprendizagem visando o comportamento empreendedor”, Florianópolis, Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina, 144 p.

Guerra, J. F. C.; Teodósio, A.S.S., 2014, “Pedagogia empreendedora: uma crítica à luz das invenções do cotidiano”, Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, n. 2, Belo Horizonte, Brasil, pp. 417-453.

Gil, A. C., 2002, “Como elaborar projetos de pesquisa”, São Paulo, Brasil, Editora Atlas, 176 p.

Gueiros, M.M.B., 2004, “Empreendedores exitosos: família, trajetória, desafios e oportunidades”. <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MonicaGueiros.pdf>>. (21 Abr. 2017)

Luck, H., 2015, “A dimensão participativa da gestão escolar”. <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.aspx?ID_OBJETO=29813&tipo=ob&cp=000000&cb=&n1=&n2=Biblioteca%20Virtual&n3=Temas%20Educacionais&n4=&b=s>. (18 Dez. 2017)

Pacheco, S.V.P., Pedron, L.E., Schlickmann, R. and Neto, L.M., 2006, "A Pedagogia de Paulo Freire e a Pedagogia Empreendedora". <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/68117/t0050.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. (18 Dez. 2017)

Sabino, G.T., 2010, "Empreendedorismo: reflexões críticas sobre o conceito no Brasil". <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Geruza_Tome_Sabino_Empreendedorismo_reflexes_criticas_sobre_o_conceito_no_Brasil.pdf>. (09 Dez. 2017)

Teixeira, C.B., 2010, "O professor como agente principal da mudança de sua prática pedagógica". <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_27_2010.pdf> (10 Dez. 2017)

Zimiani, D. T.; Hoepfner, M. G., 2008, "Interdisciplinaridade no ensino do Direito", Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, n. 2, Paraná, Brasil, pp. 103-107.